

O Caráter Estratégico da Organização e do Uso da Violência em Errico Malatesta¹

The Strategic Nature of Organization and Use of Violence in Errico Malatesta

Claudio Ricardo Martins dos Reis²

Resumo: São dois os problemas centrais analisados no presente texto: de que maneira a sociedade deveria se organizar para promover uma transformação no sentido da emancipação humana? E, se o uso da violência for necessário para atingir este fim, como justificá-lo? Para isso se examinará a argumentação do militante e teórico anarquista Errico Malatesta. Quanto à primeira problemática, nosso autor diferencia três níveis organizativos. O mais amplo seria a organização em geral, aquela que é condição para a própria vida em sociedade. A organização neste nível não seria moldada pelos valores de transformação social, mas pela própria sobrevivência humana. Diferentemente, os outros dois níveis organizativos implicariam esses valores. Seriam representados pelas organizações de massas e pelas organizações político-ideológicas. Malatesta compreende que, para se alcançar a mudança necessária em direção à emancipação humana, dever-se-ia desenvolver e fazer interagir essas duas formas organizativas básicas. Ele faz questão de ressaltar, porém, que não caberia ao “partido anarquista” dirigir as massas, de modo que o objetivo não seria emancipá-las, mas tão somente contribuir para que elas próprias se emancipem. Quanto à nossa segunda problemática, Malatesta entende que a instauração de um processo revolucionário (necessariamente violento) tornar-se-ia inevitável frente às condições da luta, que derivam do modo como a sociedade é atualmente organizada. Para Malatesta, esta violência é uma violência defensiva, que agiria contra a violência estrutural responsável por manter o estado de

¹ Dedico este texto às mulheres e homens combatentes em Rojava (Curdistão Sírio), que neste momento estão em resistência contra o ISIS e germinando sementes para a floração de uma nova sociedade. Como disse o filósofo Saladdin Ahmed, “se o Estado Islâmico representa o ponto mais sombrio da humanidade nesta era, a revolução de Rojava é talvez nosso mais brilhante momento de esperança”.

² Biólogo, graduando em Filosofia e mestrando em Ecologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista CAPES. E-mail: claudiormreis@gmail.com

opressão e exploração humanas. Sua argumentação para o uso da violência é reconstruída em premissas e conclusão.

Palavras-Chave: Estratégia; Organização de massas; Partido anarquista; Revolução.

Abstract: There are two central issues to be analyzed in this text: how society should be organized in order to promote a transformation towards human emancipation? And, if the use of violence is necessary to achieve this purpose, how to justify it? For that, the arguments of the theoretical and militant anarchist Errico Malatesta will be examined. Concerning the first issue, our author distinguishes between three organizational levels. The wider would be organization in general, that which is a condition for life in society. The organization at this level would not be shaped by the values of social transformation, but by human survival itself. Unlike that, the other two organizational levels imply these values. They would be represented by the mass organizations and the political-ideological organizations. Malatesta understands that, in order to achieve the necessary shift towards human emancipation, these two basic organizational forms should be developed and put to interact with each other.. He is keen to stress, however, that it wouldn't be up to the "anarchist party" to lead the masses, so that the objective would not be to emancipate them, but only contribute to their own emancipation. As for our second issue, Malatesta believes that the introduction of a revolutionary process (necessarily violent) would become inevitable in the face of struggle conditions, arising from the way society is currently organized. However, Malatesta understands this violence as a defensive violence, which would act against the structural violence responsible for maintaining the state of human oppression and exploitation. His argument for the use of violence is rebuilt in premises and conclusion.

Keywords: Strategy; Mass organization; Anarchist party; Revolution.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objetivo do presente texto é analisar dois temas fundamentais relativos a estratégias políticas de transformação social. Estes temas envolvem a discussão sobre a forma de organização necessária a um processo emancipatório e a polêmica sobre o uso da violência nesse processo. O exame será realizado tomando-se a argumentação de um autor em particular. As ideias deste autor – estamos falando de Errico Malatesta (1853-1932) – ainda não obtiveram um tratamento adequado no interior da academia³. Como nos diz o editor e anarquista anglo-italiano, Vernon Richards, na introdução de sua grande obra com textos compilados de Malatesta,

³ Certamente muitos fatores concorrem para isso, tais como o fato de ele não ter sido um acadêmico, ter sido um ferrenho militante de causas sociais e – provavelmente o principal fator – ter defendido abertamente a ideologia anarquista.

[n]este volume eu deixei deliberadamente na penumbra o homem para poder acentuar suas ideias, porque todo o mundo reconhece Malatesta como homem de ação, mas poucos compreendem quão valiosas, originais e realistas foram suas ideias. (Richards, 2007, p. 11, tradução livre).

Richards (2007, p. 9, tradução livre) nos diz ainda que “o fato de que os historiadores o vejam mais como um agitador revolucionário do que como um pensador explica em parte o tratamento superficial que fazem do papel de Malatesta no que chamam o ‘movimento histórico anarquista’”. Em todo caso, se os historiadores subestimam a importância teórica de Malatesta, os filósofos políticos sequer ouviram alguma vez o nome deste anarquista italiano.

Seu companheiro Luigi Fabbri dirá que

[Malatesta] dedicou muito de seu tempo para acompanhar as correntes intelectuais, não apenas as dos indivíduos de ideologia e prática anarquista em diferentes países, mas também dos desenvolvimentos do pensamento filosófico e científico contemporâneo, ao qual dedicou atenção e grande interesse. (FABBRI, 2010, p. 149, tradução livre)

Não pretendo, neste texto, examinar temas tradicionais da filosofia política, como aqueles relativos à liberdade, às formas de participação e à justificação (ou não) do Estado. Certamente Malatesta tem muito a contribuir a esses temas, que são centrais em seus escritos – o que seria esperado na obra de um teórico anarquista. Em artigo recentemente publicado (Reis, 2015), dou destaque a estes elementos numa análise conceitual sobre socialismo e anarquia em Malatesta. Diferentemente, o trabalho presente é de caráter interdisciplinar, envolvendo a relação estreita entre filosofia e ciências sociais. Examinar a concepção de diferentes autores sobre a natureza do Estado, da liberdade e a melhor forma de deliberação é de fundamental importância; mas não é de menor valor abordar, por exemplo, como uma maior liberdade poderia ser conquistada ou de que maneira a melhor forma de tomada de decisões poderia ser garantida. A discussão sobre estratégias políticas, por ser essencialmente teórico-metodológica, cai justamente nessa temática. Examinaremos – sem pretensão alguma de esgotar o assunto – a argumentação malatestiana quanto ao caráter estratégico da organização e do uso da violência, elucidando as formas que estas deveriam possuir para servirem como um meio à emancipação humana.

2. A NECESSIDADE E A FORMA ESTRATÉGICA DA ORGANIZAÇÃO EM MALATESTA

Esse tema possui relevância principalmente devido ao desconhecimento e/ou à difamação que se faz do anarquismo como uma ideologia antiorganização. Com efeito, são as posições sobre esse assunto que diferenciam as principais correntes anarquistas. Felipe Corrêa, pesquisador brasileiro do anarquismo, distingue três posições fundamentais:

aqueles que são contrários à organização e/ou defendem articulações informais em pequenos grupos (antio-rganizacionismo), aqueles que defendem somente a organização no nível de massas (sindicalismo/comunitarismo) e aqueles que sustentam a necessidade de articulação em dois níveis, político-ideológico e de massas (dualismo organizacional).⁴ (CORRÊA, 2014, p. 33)

A extensa análise de Michael Schmidt e Lucien van der Walt (2009) mostra que o setor contrário à organização é minoritário frente a um grande setor que a defende. Malatesta situa-se entre os últimos, fazendo a defesa do chamado dualismo organizacional⁵. Ele faz críticas contundentes àqueles que veem a organização como algo inerentemente autoritário e, portanto, condenável, e defende a necessidade de se organizar tanto em agrupações de massa quanto em grupos com linha político-ideológica definida. Malatesta (1989a, p. 69) entende que precisamos diferenciar três níveis organizacionais: “a organização em geral, como princípio e condição da vida social, hoje, e na sociedade futura; a organização do partido anarquista; e a organização das forças populares”.

⁴ A pluralidade de concepções no interior do anarquismo também pode ser examinada quanto à organização pretendida para a sociedade futura. Nesse sentido, historicamente houve três grandes expressões ou propostas: mutualismo, coletivismo e anarco-comunismo. Apenas como curiosidade, visto que não abordaremos estas questões no presente texto, Malatesta situa-se na corrente anarco-comunista.

⁵ Mikhail Bakunin (1814-1876) é outro clássico anarquista que optou pelo dualismo organizacional. Em 1868, Bakunin, junto a outros indivíduos, funda a Aliança da Democracia Socialista (ADS), de modo a fortalecer a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), da qual era membro, e aglutinar em torno de um programa comum aqueles que possuíam afinidades político-ideológicas com o anarquismo. A experiência da Federação dos Anarco-Comunistas da Bulgária (FAKB), entre 1920 e 1940, constitui outro exemplo interessante. De fato, essa concepção organizativa é frequente na história do anarquismo.

2.1. A ORGANIZAÇÃO EM GERAL

Começemos pelo que Malatesta chama “organização em geral”. Ele vê a organização nesse nível como condição necessária para se viver em sociedade, de modo que a tentativa de isolar-se acabaria sendo prejudicial. Diz ele:

sem organização, livre ou imposta, não pode existir sociedade; sem organização consciente e desejada, não pode haver liberdade, nem garantia de que os interesses daqueles que vivem em sociedade sejam respeitados. E quem não se organiza, quem não procura a cooperação dos outros e não oferece a sua, em condições de reciprocidade e solidariedade, põe-se necessariamente em estado de inferioridade e permanece uma engrenagem inconsciente no mecanismo social que outros acionam a seu modo, e em sua vantagem. (MALATESTA, 2002a, p. 65)

Malatesta (1989a, pp. 69-70) ainda dirá que “[a] necessidade de organização na vida social [...] é tão evidente que mal se pode acreditar que pudesse ter sido negada”, o que alguns anarquistas chegaram a fazer. Segundo ele, estes anarquistas teriam ficado “hipnotizados” pela luta contra a autoridade, a ponto de combater tanto a autoridade quanto a organização. “O erro fundamental dos anarquistas adversários da organização é crer que não há possibilidade de organização sem autoridade”, diz-nos Malatesta (1989a, p. 71). Distintamente, ele afirmará que “a autoridade não é necessária à organização social, mais ainda, longe de ajudá-la, vive como parasita, incomoda a evolução e favorece uma dada classe que explora e oprime as outras” (MALATESTA, 1989a, p. 72). Malatesta não poderia ter uma posição diferente, visto que ele se intitula anarquista na medida em que “[a]narquia significa *sociedade organizada sem autoridade*, compreendendo-se autoridade como a faculdade de *impor sua vontade*” (MALATESTA, 1989a, p. 72, grifo do autor). Para ele, a organização social seria inevitável, de modo que o objetivo da luta anarquista deveria ser a criação de uma nova forma de organização, o que é diferente de ir contra a organização em si. O problema estaria no fato de a sociedade hoje ser organizada de forma autoritária; e a solução seria organizá-la de modo a prescindir da autoridade.

Mais especificamente, a argumentação de Malatesta envolve a ideia de que a organização seria uma necessidade natural, uma condição biológi-

ca da espécie humana. Por isso, a luta não deveria ser anti-organizacional mas, pelo contrário, uma luta pela melhor forma de organização social. Malatesta deixa isso claro quando afirma que

[o] homem isolado não pode sequer viver como um animal: ele é impotente [...] e não pode obter sua alimentação [...]. Conseqüentemente, é obrigado a se unir a outros homens, como a evolução anterior das espécies o mostra, e deve suportar a vontade dos outros (escravidão), impor sua vontade aos outros (autoritarismo), ou viver com os outros em fraternal acordo para o maior bem de todos (associação). Ninguém pode escapar dessa necessidade. (MALATESTA, 1989a, p. 72)

Essa concepção faz com que Malatesta seja um ferrenho defensor da organização como meio para se alcançar o ideal libertário. Para ele, “se se recusa isto [a organização], a anarquia permanecerá o sonho de alguns e nunca se realizará” (MALATESTA, 1989a, p. 73).

2.2. A ORGANIZAÇÃO EM NÍVEL DE MASSAS E EM NÍVEL POLÍTICO-IDEOLÓGICO

Tratemos agora da visão de Malatesta frente ao que ele chamou “organização das forças populares” e “organização do partido anarquista”. Primeiramente, é importante sabermos que ele tem profundas críticas aos partidos tradicionais. Por exemplo, referente ao seu caráter eleitoral (uso de cargos nas estruturas do Estado como estratégia para a mudança social) e ao seu caráter autoritário (hierarquia no interior do partido – distinção entre base e direção – e na relação do partido com os movimentos sociais). Isso não o impede, porém, de defender a ideia de um “partido anarquista”, visto que este é entendido apenas como “o conjunto daqueles que querem contribuir para realizar a anarquia, e que, por consequência, precisam fixar um objetivo a alcançar e um caminho a percorrer” (MALATESTA, 1989b, p. 76).

Malatesta faz essa defesa da organização em partido ao mesmo tempo em que critica o cientificismo nas ideias de transformação social. Ele afirma que “[u]m matemático, um químico, um psicólogo, um sociólogo podem dizer que não há outro programa senão o de procurar a verdade: eles querem conhecer, mas sem fazer alguma coisa” (MALATESTA, 1989b, p. 76, grifo do autor). Diferentemente, “a anarquia e o socialismo não são ciências: são proposições, projetos que os anarquistas e os socialistas querem pôr em prática e que, conseqüentemente, precisam ser formulados como programas

determinados” (MALATESTA, 1989b, p. 76). É essa concepção que estimula Malatesta a tratar as questões organizativas como centrais ao ideal libertário. É por isso que ele dá tanta ênfase aos meios para se alcançar os fins propostos. Sem organização, portanto, não seria possível avançar e se aproximar do ideal desejado. Ele dirá que

a organização, longe de criar a autoridade, é o único remédio contra ela e o único meio para que cada um de nós se habitue a tomar parte ativa e consciente no trabalho coletivo, e deixe de ser instrumento passivo nas mãos dos chefes. (MALATESTA, 1989b, p. 79)

O dualismo organizacional defendido por Malatesta implica que a organização deve-se dar paralelamente no nível político-ideológico, anarquista, e no nível social, de massas. Essa defesa de se estar organizado com os trabalhadores enquanto trabalhador e com os anarquistas enquanto anarquista é, para ele, fundamental. Estar organizado com os trabalhadores significaria a possibilidade de influenciar o movimento no sentido de torná-lo mais libertário e levá-lo a uma maior radicalização; e estar organizado enquanto anarquista seria necessário para não se perder de vista os objetivos últimos, relacionados à emancipação humana como um todo. Para Malatesta, se os anarquistas não estão organizados também em partido, corre-se um perigo maior de que o movimento não vá além das reivindicações imediatas, podendo cair no reformismo. Em sua visão, deve-se

[p]rovoque, tanto quanto nos seja possível, o movimento, nele participando com todas as forças, imprimindo-lhe o caráter mais libertário e mais igualitário que seja; apoiar todas as forças progressivas; defender o que é melhor quando não se puder obter o máximo, mas conservar sempre bem claro nosso caráter de anarquistas: não queremos o poder e suportamos com dificuldade que outros o tomem. (MALATESTA, 1989c, p. 126)

Malatesta (1989d, p. 22; p. 28) preconiza a necessidade da revolução, mas entende que “[n]ossa primeira tarefa deve ser [...] persuadir as pessoas”, visto que “[n]osso objetivo é preparar o povo, moral e materialmente, para esta expropriação necessária”. Essa visão proporciona a Malatesta a defesa de se estar junto aos movimentos populares, mesmo que estes não possuam um caráter eminentemente revolucionário. Ele dirá que “[p]ara se fazer propaganda é preciso estar no meio das pessoas” (MALATESTA

2002a, p. 66), fazendo críticas àqueles que se organizam apenas com quem possui concepções similares. Para ele, isso “condenaria o movimento anarquista a uma perpétua esterilidade” (MALATESTA, 2002a, p. 66). Malatesta é incisivo na sua reivindicação em se organizar junto aos trabalhadores, chegando mesmo a afirmar que “favorecer as organizações populares de todos os tipos é a consequência lógica de nossas ideias fundamentais e, assim, deveria fazer parte integrante de nosso programa” (MALATESTA, 2002a, p. 66).

Essas considerações mostram que Malatesta defende a organização nos três níveis que ele apresenta. A organização em geral seria uma condição para se viver em sociedade; a organização em nível de massas e em nível de partido anarquista seriam necessárias estrategicamente para se concretizar o ideal de emancipação humana. Essas duas organizações deveriam interagir, mas – à diferença de outros partidos – sem a pretensão de dirigir autoritariamente a organização de massas; o método a ser utilizado é “a força do exemplo e da evidência dos resultados obtidos” (MALATESTA, 1989c, p. 127).

3. JUSTIFICAÇÃO PARA O USO ESTRATÉGICO DA VIOLÊNCIA NA ARGUMENTAÇÃO MALATESTIANA

Falar em violência é sempre polêmico; analisar uma argumentação que a defende em determinada circunstância e de determinada forma não deixa de enfrentar dificuldades devido a valores e crenças presentes naquele que escreve ou naquele que o lê. Para adentrarmos neste tema, um primeiro questionamento que poderíamos formular é o seguinte: como é possível ser libertário defendendo a necessidade da violência? Não seria um óbvio contrassenso?

O objetivo que Malatesta tem em mente é a anarquia, entendida como “*sociedade organizada sem autoridade*, compreendendo-se autoridade como a faculdade de *impor sua vontade*”. O uso da violência, porém, é exatamente uma forma de impor determinada vontade àqueles que são contrários a ela. Parece tratar-se, portanto, de uma quebra na coerência entre meios e fins, que é tão cara à Malatesta. Dessa forma, para que essa “imposição de vontade” possa ser admitida, é preciso que ela seja o único

meio possível de acabar com outra “imposição de vontade”, anda mais nefasta. Mas, então, qual é o entendimento de Malatesta?

Ele diz-nos: “A violência só se justifica quando for necessária para defender a si mesmo ou defender os outros contra a violência. O delito começa onde termina a necessidade” e afirma que “[o] escravo está sempre em legítima defesa e, portanto, sua violência contra o senhor, contra o opressor, é sempre moralmente justificável; ela deve ter como regra um único critério: a utilidade e a economia do esforço e do sofrimento humanos” (Malatesta, 2002b, p. 82).

Após enfatizar que os anarquistas possuem “o desejo e a intenção de eliminar a violência [...] das relações humanas” (MALATESTA, 2002b, p. 83), Malatesta apresenta e dá uma resposta ao aparente paradoxo que acabamos de tratar:

por que na luta atual contra as instituições político-sociais que julgamos opressivas, os anarquistas preconizaram e praticaram, quando puderam, o emprego de meios violentos que estão em contradição evidente com seus próprios objetivos? [...] A questão pode parecer embaraçosa mas a resposta cabe em poucas palavras. Para que duas pessoas vivam em paz, é preciso que estas duas pessoas queiram a paz; se uma das duas obstina-se a empregar a força para obrigar a outra a trabalhar para ela e servi-la, a outra, apesar de seu amor pela paz e pelo entendimento, será obrigada a resistir à força com os meios adequados, se quiser conservar sua dignidade de homem e não ser reduzida a um escravo abjeto. (MALATESTA, 2002b, p. 83)

Por isso, Malatesta, como revolucionário, dirá que “não somos ‘pacifistas’ porque a paz não é possível se não for desejada pelos dois campos” (Malatesta, 2002b, p. 86). Essa visão permite a Malatesta uma comparação inesperada – e interessante – entre “pacifistas” (que neste caso são os tolstoianos) e “terroristas”. Ele nos dirá:

É curioso observar que tanto os terroristas quanto os tolstoianos, justamente porque são, uns e outros, místicos, chegam a conclusões práticas quase semelhantes. Para fazer triunfar a ideia, os primeiros não hesitariam em destruir a metade da humanidade; para não violar um princípio, os segundos estariam prontos a deixar a humanidade inteira suportar para sempre o peso dos piores sofrimentos. (MALATESTA, 2002b, p. 88)

Para Malatesta, portanto, a revolução violenta deve ser encarada como uma necessidade para que o ideal libertário possa ser concretizado. Ele dirá que “[n]ossos meios são aqueles que as circunstâncias nos permitem e nos impõem” (Malatesta, 1989e, p. 41) e que, por isso, “é necessário combater no mundo tal como ele é, sob pena de permanecermos sonhadores estéreis” (Malatesta, 1989e, p. 42). Assim, Malatesta enfatiza a necessidade de não se perder de vista as circunstâncias da luta, ou seja, as condições reais da organização social e as vias possíveis que derivam destas condições. No “Programa Anarquista”, de 1903, Malatesta destaca a importância conjunta dos princípios (fins) e das circunstâncias para se pensar uma estratégia adequada:

não basta desejar uma coisa: se se quer obtê-la, é preciso, sem dúvida, empregar os meios adaptados à sua realização. E esses meios não são arbitrários: derivam necessariamente dos fins a que nos propomos e das circunstâncias nas quais lutamos. Enganando-nos na escolha dos meios, não alcançamos o objetivo contemplado, mas, ao contrário, afastamo-nos dele rumo a realidades frequentemente opostas, e que são a consequência natural e necessária dos métodos que empregamos. Quem se põe a caminho e se engana de estrada, não vai aonde quer, mas aonde o conduz o caminho tomado. (MALATESTA, 1989d, p. 21)

Os fins a que Malatesta se refere seriam o ideal de emancipação humana, enquanto as circunstâncias da luta seriam as responsáveis por impor a necessidade do processo revolucionário. Dessa forma, Malatesta entende como imprescindível uma “revolução libertadora”, mas não descuida o fato de que ela deve ser desenvolvida sem que se percam os ideais que a botaram em marcha:

A violência é infelizmente necessária para resistir à violência adversa; devemos preconizá-la e prepará-la se não quisermos que persista e piore a condição de escravidão que é atualmente a de uma grande parte da humanidade. Contudo, a violência apresenta o perigo de transformar a revolução em um combate brutal, sem a luz de um ideal e sem que dela possamos tirar nada de proveitoso; eis porque é preciso insistir nos objetivos morais do movimento, na necessidade e no dever de conter a violência nos limites da mais estreita necessidade.

Não afirmamos que a violência seja boa quando somos nós que a empregamos e má quando são os outros que a empregam contra nós. Dizemos que a violência

é justificável para defender-se ou defender os outros contra as pretensões dos violentos. (MALATESTA, 2002b, p. 86)

Malatesta reconhece que “[a] revolução, sendo necessariamente um ato de violência, tende a desenvolver o espírito de violência e não a destruí-lo” (MALATESTA, 2002b, p. 87); no entanto, “contra a força física que barra o caminho, não há outra saída para vencer senão a força física, a revolução violenta” (Malatesta, 1989e, p. 42). Por isso ele insiste que não se pode perder de vista os objetivos morais da revolução; não se pode esquecer que ela é um meio (infelizmente necessário) para um ideal de libertação.

Para um fim libertário, portanto, recorrer-se-ia a uma revolução violenta. Apesar de que isso possa ser entendido como uma incoerência entre meios e fins – na medida em que os meios requerem uso da violência e os fins desejam eliminá-la –, Malatesta a entende como imprescindível para que o fim seja alcançado. Essa aparente quebra de coerência torna-se, então, uma necessidade. Essa necessidade seria dada pelas circunstâncias da luta, que decorrem do modo como a sociedade é organizada. Malatesta (1989e, p. 42; p. 43) nos dirá que “[n]ão há meios pacíficos, legais, para sair desta situação [de opressão política e econômica]. É natural, porque a lei é feita pelos privilegiados para defender expressamente seus privilégios”, e enfatizará que “[é] por amor aos homens que somos revolucionários: não é nossa culpa se a história nos obriga a esta dolorosa necessidade”.

Devido a isso, Malatesta (1989e, p. 43) dará “boas-vindas à revolução”, afirmando que “cada dia de atraso inflige à humanidade mais uma enorme massa de sofrimentos. Esforcemo-nos e trabalhemos para que ela chegue rapidamente e consiga acabar para sempre com todas as opressões e explorações”.

Podemos reconstruir a argumentação malatestiana sobre a necessidade do uso da violência em premissas e conclusão⁶. Ela teria basicamente a seguinte forma:

⁶ Para que um argumento possa ser avaliado de forma adequada, é interessante que seja apresentado com a maior clareza possível. Em geral, estruturá-lo em premissas e conclusão é o método que melhor se adapta a essa exigência. Esse tipo de estruturação é ainda mais interessante quando se trata de um tema polêmico e que envolve questões ideológicas, tal como este caso, em que o assunto é violência e a estamos analisando na argumentação de um anarquista. Expor adequadamente as premissas de um argumento evita a parcialidade exagerada que muitas vezes se encontra em determinados textos, especialmente naqueles

(P1) o uso da violência é moralmente justificável apenas quando é necessário para pôr fim à violência. (violência defensiva). Ex.: violência de escravos contra seu dono;

(P2) toda sociedade organizada com base na dominação política e econômica se mantém através da ameaça e/ou uso da violência. (violência estrutural). Ex.: sociedades com Estado;

(P3) aqueles que dominam política e/ou economicamente não aceitam de forma pacífica a perda de seus privilégios. (apego ao poder). Ex: governos e corporações privadas não se dissolvem espontaneamente por serem injustos;

(P4) em sociedades mantidas pela violência, cada dia que passa representa a conservação do autoritarismo e uma afronta à liberdade e dignidade humanas. (problema da demora); Ex.: manter uma sociedade dividida em governantes e governados implica manter uma sociedade de classes, garantindo o monopólio do poder nas mãos de poucos, ou seja, conservando o autoritarismo.

(C) Deve-se trabalhar desde já em atividades que possam catalisar um processo revolucionário, necessariamente violento, com o objetivo de pôr fim à violência estrutural da sociedade, pois só assim será possível criar uma organização social que promova a todos os indivíduos o máximo desenvolvimento material, moral e intelectual.

É preciso destacar, porém, que Malatesta condena veementemente o uso da violência por meio do Estado. Além de ser esse o principal elemento que lhe fornece críticas à sociedade atual, é também essa mesma visão que o torna cético quanto ao uso das estruturas estatais como etapa transitória no processo revolucionário. Ele entende que “o remédio nunca poderia ser a organização e a consolidação da violência nas mãos de um governo” (MALATESTA, 2002b, p. 87), destacando sua diferença em relação aos socialistas estatistas. Malatesta dirá, ainda, que:

Um partido autoritário, que visa controlar o povo para impor suas ideias, tem interesse em que o povo

que abordam assuntos fortemente polêmicos. É certo que isso não dará ao argumento uma única forma de avaliá-lo ou um único julgamento possível, visto que os aspectos normativos envolvem uma série de valores, com distintos graus de importância, que, para o tema em questão, certamente não são consensuais.

permaneça massa amorfa, incapaz de agir por si mesma e, conseqüentemente, sempre fácil de dominar. É lógico, portanto, que só deseje certo nível de organização, segundo a forma que ajude na tomada do poder: organização eleitoral, se espera atingir seu objetivo pela via legal; organização militar, se conta com a ação violenta.

Nós, anarquistas, não queremos *emancipar* o povo, queremos que o povo se *emancipe*. Nós não acreditamos no fato imposto, de cima, pela força; queremos que o novo modo de vida social saia das entranhas do povo e corresponda ao grau de desenvolvimento atingido pelos homens e possa progredir à medida que os homens avançam. (MALATESTA, 2002a, pp. 66-67, grifo do autor)

Isso não significa, obviamente, que os anarquistas deveriam estar passivos no processo de transformação social. Como vimos no tópico sobre organização, a proposta de Malatesta é justamente o contrário: o trabalho militante dos anarquistas é entendido como vital para que o povo de fato se emancipe. Para destacar a importância do trabalho ativo de ação direta no processo revolucionário, Malatesta afirma o seguinte:

É preciso [...] fazer com que, durante a revolução, as massas apoderem-se da terra, dos instrumentos de trabalho e de toda a riqueza social, exijam e tomem toda a liberdade das quais são capazes, organizem a produção como puderem e quiserem, assim como a troca e toda a vida social, fora de qualquer imposição governamental. É preciso combater toda centralização para dar inteira liberdade às diferentes localidades e impedir que outros indivíduos se sirvam das massas mais atrasadas – que são sempre as mais importantes em número – para sufocar o impulso das regiões, das comunas e dos grupos mais avançados. (MALATESTA, 1989c, p. 127)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se tratar de um tema que, de modo geral, não recebe a devida análise por parte de filósofos na academia. É patente o desinteresse destes por estratégias que envolvem a ação direta das massas para a transformação social. Abordagens que preconizam a mudança por fora das instituições do Estado e que demandam a necessidade de um processo revolucionário são frequentemente desconsideradas. Sabemos que o conceito de política não se limita à política partidária, mas esquecemos que seu sentido é ainda mais amplo que o de política estatal.

Examinamos dois componentes centrais a uma estratégia política de transformação social. Para isso, utilizamo-nos da argumentação de Errico Malatesta. O primeiro componente é a necessidade e a forma da organização. Malatesta entende que a “organização em geral” é inevitável à espécie humana. Trata-se de uma necessidade biológica, o que, por consequência, faz de nós animais inevitavelmente sociais. As outras duas formas de organização não são necessidades naturais. Em vez disso, deveriam se desenvolver tendo em vista o ideal de emancipação humana. A “organização das forças populares” seria imprescindível porque é o órgão onde os trabalhadores poderiam se associar enquanto trabalhadores para reivindicar seus direitos e ir adquirindo experiência na luta diária contra patrões e governantes. A “organização do partido anarquista” também teria relevância fundamental, na medida em que seria o órgão responsável por manter acesa a chama revolucionária e os ideais libertários acima de qualquer interesse corporativo. Para Malatesta, o partido anarquista não poderia estar fechado sobre si mesmo, sendo vital o seu trabalho de propaganda nas organizações de massa, além de que – o que é mais fundamental – estes anarquistas deveriam estar organizados também nas organizações de massa referentes a seus ofícios (ou bairros, etc). A transformação social almejada viria dessa interação entre o partido anarquista e as organizações de massas.

A argumentação de Malatesta relativa à violência envolve vários fatores. Para facilitar sua apresentação e expô-la com maior clareza, optou-se por reconstruí-la em premissas e conclusão. Ele defende a necessidade do uso da violência no processo revolucionário, mostrando as condições e formas em que ela deveria ser empregada. Essa violência, porém, nunca poderia estar institucionalizada nas mãos do Estado, porque é justamente isso que se quer dismantelar. A violência que ele preconiza seria consequência da ação direta do povo organizado contra a violência estrutural mantida pelo Estado. Além disso, o uso da violência, assim como as outras propostas estratégicas, não deveria ser imposto ao povo por um partido. Malatesta tem em vista a conscientização desse povo, não sua obediência. Por isso não seria pretensão do partido anarquista dirigir as massas. Como visto, ele afirma

que o objetivo não é emancipá-las, mas sim fazer com que elas próprias se emancipem.

Deste modo, vimos que a organização em nível social e político-ideológico é um aspecto central na visão de Malatesta. Sem ela não haveria a transformação no sentido da emancipação humana. Essa organização tem por objetivo catalisar e dar enraizamento a um processo revolucionário. Nesse sentido, a organização é por ele entendida como uma preparação para a revolução. Não haveria a possibilidade, para Malatesta, de se estar organizado de tal forma que se prescindia da revolução. Ele destaca os limites estruturais impostos pelo Estado, entendendo que a revolução é um processo inevitável. Assim, Malatesta reconhece que quanto maior a organização dos trabalhadores, mais fácil será perceber que patrões e governantes são inimigos de classe, possuindo interesses antagônicos aos seus, de modo que agudizaria a luta de classes e se estaria mais próximo da instauração de um processo revolucionário. Em sua concepção, deve-se lutar para desenvolver organizações de trabalhadores conscientes tendo em vista possibilitar a revolução para, enfim, livrar-se das opressões institucionalizadas e poder organizar o modo de vida da forma mais igualitária e libertária possível. Para finalizar, a visão estratégica de Malatesta pode ser apresentada de modo esquemático envolvendo as seguintes etapas:

1. Desenvolvimento e interação de organizações de massa e do partido anarquista; (possibilita)
2. Processo revolucionário, inevitavelmente violento; (que possibilita)
3. Fim das principais formas de opressão institucionalizada; (que possibilita)
4. Organização social em bases libertárias, potencializada pela solidariedade; (que possibilita)
5. Emancipação humana, isto é, desenvolvimento material, moral e intelectual de todos os indivíduos.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Felipe. Questões organizativas do Anarquismo. In: *Espaço Livre*. Vol. 8, num. 15, pp. 33-48, julho de 2013.

FABBRI, Luigi. Life of Malatesta. In: *Libcom*, 2010. [disponível livremente em formato doc no seguinte endereço de rede: <http://libcom.org/library/life-malatesta-luigi-fabbri>]

MALATESTA, Errico. A organização das massas operárias contra o governo e os patrões. In: Luta Libertária (org.). *Errico Malatesta e Luigi Fabbri: Anarco comunismo italiano*. São Paulo: Coletivo Editorial LL, 2002a.

_____. Malatesta: fragmentos. In: Luta Libertária (org.). *Errico Malatesta e Luigi Fabbri: Anarco comunismo italiano*. São Paulo: Coletivo Editorial LL, 2002b.

_____. A organização I. In: *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Novos Tempos, 1989a.

_____. A organização II. In: *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Novos Tempos, 1989b.

_____. Em torno de “nosso” anarquismo. In: *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Novos Tempos, 1989c.

_____. Programa Anarquista. In: *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Novos Tempos, 1989d.

_____. Um pouco de teoria. In: *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Novos Tempos, 1989e.

REIS, Claudio. Socialismo e anarquia na concepção de Errico Malatesta. In: *Kínesis*. Volume 7, num. 13, pp. 228-240, julho de 2015.

RICHARDS, Vernon. Introducción del compilador. In: Richards, Vernon (org.). *Malatesta: pensamiento y acción revolucionarios*. Buenos Aires, Anarres, 2007.

SCHMIDT, Michael; VAN DER WALT, Lucien. *Black Flame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism*. Oakland: AK Press, 2009.